

	<p align="center">PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO (SGADM) DEPARTAMENTO DE APOIO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS ADMINISTRATIVOS (DEACO) DIVISÃO DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO (DICOL) SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS COM ATRIBUIÇÃO AFETA À PROMOÇÃO DE GÊNERO, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (SEGEM)</p>	
Data: 13.05.2024	Horário: 14:30	Local: SALA MULTIUSO (Museu da Justiça)
Pauta: Casa da Mulher Brasileira		ATA DE REUNIÃO Nº 24/2024

Participam da reunião, realizada por meio presencial (Sala Multiuso – Museu da Justiça):

- 01. Juíza Elen de Freitas Barbosa (Membra da COEM);**
- 02. Juíza Katerine Jatahy Kitsos Nygaard (Membra da COEM);**
- 03. Dra. Carla Araújo (Procuradora de Justiça - CAO-VD - MPERJ);**
- 04. Dra. Maria Matilde Afonso (Coord. do NUDEM - DPERJ);**
- 05. Giulia Luz L. Machado (Superintendente de Enfrentamento à Violência contra a Mulher da Secretaria Estadual da Mulher-SEM-RJ);**
- 06. Martha Solange Brizola (Assessora Chefe da SEM-RJ).**

As Magistradas **Dra. Elen de Freitas Barbosa** e **Dra. Katerine Jatahy Kitsos Nygaard** (Membres da COEM) agradecem a participação de todas e esclarecem que a finalidade da presente reunião é verificar junto a Secretaria Estadual da Mulher (SEM) em que fase estão as tratativas para implantação da **Casa da Mulher Brasileira (CMB)**¹ no Estado do Rio de Janeiro, conforme Processo SEI Nº 2023-06111442, abarcando o acordo de cooperação técnica Nº 5/2023/MJSP/MM.

Com a palavra, a **Sra. Giulia Luz** (Superintendente da SEM-RJ) contextualiza as participantes sobre o andamento de algumas ações. Informa que na última sexta-feira, dia 10 de maio, fora assinado o contrato de sessão do terreno entre a União e o Estado do Rio de Janeiro, situado na **Avenida Bartolomeu de Gusmão, nº 835 ao 1035, São Cristóvão, Rio de Janeiro**. Em resposta à indagação da **Dra. Carla Araújo** (MPERJ), sinaliza que os recursos financeiros virão diretamente do governo Federal.

¹ A Casa da Mulher Brasileira é uma inovação no atendimento humanizado às mulheres. É um espaço que integra, ao mesmo tempo, serviços especializados para os mais diversos tipos de violência contra as mulheres, incluindo-se: acolhimento e triagem, apoio psicossocial, delegacia, Juizado, Ministério Público, Defensoria Pública, promoção de autonomia econômica; cuidado das crianças – brinquedoteca, alojamento de passagem e central de transportes. (Informações retiradas do site: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/violencia/cmb>).

A Sra. Martha Brizola (Assessora Chefe da SEM-RJ) faz um breve histórico do projeto da CMB, que nasceu em 2014, informando que, atualmente, há oito CMBs já instaladas pelo Brasil e cita que o Governo Federal estabeleceu uma meta para implantação de 40 (quarenta) Casas em todo o país, em parceria como o Ministério da Justiça e Segurança Pública, principalmente nas capitais dos Estados e algumas no interior.

Enfatiza, também, que a União já tem previsão para iniciar um processo de licitação para a construção da CMB no Rio de Janeiro e que, nessa fase, não haverá qualquer repasse de verba para o Estado. Estima que, finalizada a licitação, o período de obras para a construção deve girar em torno de 1 (um) ano e meio, com previsão de inauguração para dezembro de 2026.

Prossegue esclarecendo que a União repassará ao Estado uma verba que será utilizada na gestão do espaço. Um montante de 5 milhões de reais nos primeiros dois anos. Após a inauguração da Casa, informa que esse valor será reduzido para, aproximadamente, 2,5 milhões para cada ano, que ficarão sob a responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro.

Após as manifestações e debates iniciais, pontua-se as necessidades e sugestões para o desenvolvimento do projeto em questão:

- Exma. **Juíza Elen Barbosa** (COEM) pondera sobre a estrutura, organização e as atribuições das instituições abarcadas no projeto, afirmando que o PJERJ, o MPERJ, a DPERJ, entre outras instituições participantes precisam alinhar previamente as ações para o bom funcionamento da Casa. Pontua que a implantação de novos equipamentos assistenciais é de grande importância para a Casa.
- **A Juíza Katerine Jatahy** (COEM) ressalta a importância da criação de um cronograma estabelecendo metas para as instituições envolvidas e, também, da necessidade de alinhamento efetivo entre as instituições; além disso, reforça a ideia da necessidade de funcionários concursados para atuação na Casa, evitando-se, assim, rotatividade de funcionários;
- **A Sra. Martha Brizola** (SEMRJ) reforça que a gestão da Casa será realizada pelos diversos órgãos abarcados pelo projeto, atuando como uma “equipe multidisciplinar”, fundamentando, dessa forma, a necessidade de se estabelecer:
 - As atribuições de cada órgão, embora previstas no programa, necessitam de maior detalhamento.

- Detalhamento de como será distribuída a gestão da casa através dessa “equipe multidisciplinar”;
 - Detalhar como será o funcionamento da casa, sendo certo o Estado será o responsável por articular as parcerias complementares que julgar conveniente.
- **A Dra. Carla Araújo** (Procuradora de Justiça do CAO-VD do MPERJ) contribui com sugestões levando em consideração suas experiências nas visitas realizadas a algumas Casas já implantadas no País:
 - A possibilidade de implementar alguma extensão do IML, como ocorre na Casa de Curitiba;
 - Uma Casa de passagem para acolhimento das mulheres, como ocorre na Casa de São Paulo e no Distrito Federal;
 - Um espaço para as equipes da Patrulha Maria da Penha (Polícia Militar) e a Ronda Maria da Penha (Guarda Municipal);
 - Recrutamento de servidores, bem como, de estagiários para o bom andamento dos serviços, já que a Casa funcionará 24 horas por dia;
 - Possibilidade de espaço Pet para acolher os animais de estimação das mulheres atendidas na CMB, com possível estrutura para atendimentos desses animais, uma vez que muitas mulheres não têm onde deixar o animal de estimação. Sobre essa questão, pondera que essa possibilidade esbarra na questão das vacinas dos animais. Nesse sentido, a **Sra. Martha Brizola** (SEM-RJ) informa da possibilidade de se pensar em algo posteriormente, usando captação de recursos da União para essa questão dos “Pets”;
 - **Dra. Carla Araújo (MPERJ)** também demonstra preocupação com a independência econômico-financeira das mulheres acolhidas, sugerindo que seja pensado numa forma de a Casa promover capacitações e oportunidades de empregos para essas mulheres vítimas, que estão em busca de romper com o ciclo da violência e dependem financeiramente de seu agressor.

As representantes da SEM-RJ, Sra. Giulia Luz e Sra. Martha Brizola, trazem ainda sugestões de parcerias com o Município do Rio, visando a captação de recursos e profissionais especializados como pedagogos, assistentes sociais e psicólogos, a fim de prover um melhor atendimento, bem como parcerias com outras instituições como o Instituto Avon, o Rio Solidário; **Sra. Giulia Luz** (SEMRJ) incentiva a aproveitar todas essas

expertises dentro da realidade e potencialidades do Rio de Janeiro, trazendo outros atores que possam no futuro cooperar com o projeto.

A **Sra. Martha Brizola** (SEMRJ) endossa que, após a inauguração e funcionamento da CMB, novos programas poderão ser implementados e outros modificados, diante de uma perspectiva de governabilidade, com a probabilidade de mudança de governo tanto na esfera municipal, como na estadual, daqui há dois anos.

Por fim, restam designadas as seguintes deliberações:

- As representantes das SEM-RJ (Sra. Giulia Luz e Sra. Martha Brizola) se comprometem a compartilhar com a COEM e demais participantes o termo de cooperação técnica e o manual da Casa da Mulher Brasileira; (Deliberação 01)
- As participantes agendam para o dia 10 de junho, às 11h, uma visita técnica ao terreno onde será construída a CMB, contando com a participação de representantes dos órgãos abarcados no projeto inicial. A Exma. Dra. Elen Barbosa solicita à Equipe do SEGEM para providenciar o transporte do TJRJ, para fins de locomoção das magistradas da COEM, que estarão presentes nesta ação. (Deliberação 02)
- Alterar a data da próxima reunião da Rede de Enfrentamento, prevista inicialmente para o dia 3 de junho, para que ocorra no dia 10 de junho, às 16h. (Deliberação 03)

Após a realização da visita, todas as participantes concordam com a sugestão da SEM-RJ acerca da possibilidade de agendar, como próximo passo, uma reunião com uma representante do Ministério das Mulheres para melhor entendimento do projeto, sanar todas as dúvidas e entender os limites e as responsabilidades de cada órgão envolvido.

A **Dra. Carla Araújo** (MPERJ) e a **Sra. Giulia Luz** (SEMRJ) concordam em convidar representantes do Rio solidário para uma futura reunião sobre a pauta da CMB, uma vez que esta instituição está muito envolvida com as questões de acolhimento a mulher em situação de violência doméstica e familiar, como também convidar a PCERJ, PMERJ e a GM-RJ.

Por fim, **as representantes da SEM-RJ** se comprometem a conversar com o Secretário de Segurança para verificar qual o setor da PCERJ estará presente nas reuniões de articulação que serão, futuramente, agendadas.

Nada mais a tratar, as Magistradas encerram a reunião às 15h57 e sinalizam que levarão ao conhecimento da Coordenadora da COEM, quanto aos itens discutidos na presente reunião.

**Juíza Elen de Freitas Barbosa
(Membra da COEM)**

**Juíza Katerine Jatahy Kitsos Nygaard
(Membra da COEM)**

Deliberações		Responsável	Prazo
01	Enviar o Acordo de Cooperação Técnico (ACT) e o Manual da CMB para a COEM e demais participantes da reunião;	Giulia Luz (SEMRJ)	5 dias, após aprovação da Ata
02	Solicitar junto ao SESOT o transporte para as magistradas da COEM realizarem a visita ao terreno, em São Cristóvão, programada para dia 10 de junho, às 11h.	Equipe SEGEM	5 dias, após aprovação da Ata
03	Alterar na planilha da DEACO-DICOL a data da próxima reunião da Rede de Enfrentamento, bem como verificar a reserva da sala para a nova data.	Equipe SEGEM	Imediato